

28. Adenda ao protocolo celebrado com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens – Ratificação.

Submete-se, para ratificação, a celebração da adenda ao protocolo estabelecido com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), de acordo com os documentos constantes do processo.

Assunto: Adenda ao Protocolo celebrado com a CNPDPCJ (CPCJ Braga)

Considerando que:

- A monitorização e análise estatística periódica e sistemática ao funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Braga (CPCJ), da responsabilidade da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ) e as indicações resultantes do seu acompanhamento revelaram manifesta falta de meios humanos para a adequada resposta protetiva, cuja responsabilidade de representatividade é de várias entidades;
- Os indicadores antes mencionados tornam premente o suprimento desses meios na CPCJ, em harmonia com os critérios definidos pela Comissão Nacional (*documentos integrados neste processo*);
- No âmbito dos deveres/poderes da Comissão Nacional relativamente ao suprimento da capacidade protetiva das CPCJ, foi celebrado e mutuamente aceite um Protocolo de Cooperação entre a Comissão Nacional e o Município de Braga no dia 11 de Julho de 2016, cujo objeto determinava os termos da afetação de 2 (dois) elementos técnicos para apoio à atividade da CPCJ de Braga na modalidade restrita, conforme previsto no artigo 20.º-A da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo;
- Os resultados da análise realizada ao impacto da afetação dos referidos Apoios Técnicos à CPCJ, que contemplou dimensões relativas à evolução e dinâmica do volume processual global da mesma e comportamento da modalidade restrita no que concerne à sua composição e disponibilidade para o exercício de funções dos seus elementos, desaconselhavam a interrupção da medida de reforço de meios humanos em curso, pelo que, aos 06 de Dezembro de 2019 foi celebrado novo protocolo, prevendo-se, novamente, a afetação de 2 (dois) apoios técnicos;
- Estão reunidas as condições para se avançar para o reforço de mais 1 (um) técnico a afetar à CPCJ de Braga, aumentando, assim, a colaboração do Município de Braga de dois para três técnicos;
- As partes supramencionadas acordaram celebrar, entre si, uma adenda ao protocolo de cooperação em vigor, a qual vigorará com efeitos reportados a 13 de Julho de 2023.

Propõe-se que o Executivo Municipal delibere no sentido da ratificação da celebração da adenda ao Protocolo com estabelecido com a CNPDPCJ, nos termos constantes do documento anexo.

O Chefe de Divisão

Anexos:

Adenda assinada pelo Ex.mo Presidente da Câmara Municipal de Braga, previamente validada pela CNPDPCJ



COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA
Município

ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO EM 06/12/2019

ENTRE:

COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS pessoa coletiva n.º 600 086 755, com sede na Praça de Londres, nº 2, piso 2.º, 1049-056 Lisboa, representada pela sua Vice-Presidente Maria João Rodrigues Fernandes, com poderes para o ato, adiante designada por “Primeiro Outorgante”,

E

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva nº 506 901 173, com sede na Praça do Município, aqui representada pelo Presidente de Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, adiante designado por “Segundo Outorgante”,

Considerando que:

A monitorização e análise estatística periódica e sistemática ao funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Braga (doravante designada abreviadamente CPCJ) e as indicações resultantes do seu acompanhamento pela Comissão Nacional **revelaram manifesta falta de meios humanos para a adequada resposta protetiva** e tornam premente o suprimento desses meios na CPCJ, nos termos do disposto no artigo 20º-A da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e de harmonia com os critérios definidos pela Comissão Nacional (conforme documentos que se anexam).

No âmbito dos deveres-poderes da Comissão Nacional relativamente ao suprimento da capacidade protetiva das CPCJ, foi celebrado e mutuamente aceite um Protocolo de Cooperação entre a Comissão Nacional e o **Município de Braga** no dia **11 de julho de 2016**, cujo objeto determinava os termos da afetação de **2 (dois) elemento(s) técnico(s)** para apoio à atividade da CPCJ **de Braga** na modalidade restrita, conforme previsto no artigo 20º-A da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.



COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA
Município

Os resultados da análise realizada ao impacto da afetação dos referidos Apoios Técnicos à CPCJ, que contemplou dimensões relativas à evolução e dinâmica do volume processual global da mesma e comportamento da modalidade restrita no que concerne à sua composição e disponibilidade para o exercício de funções dos seus elementos, desaconselhavam a interrupção da medida de reforço de meios humanos em curso, pelo que, aos **6 de dezembro de 2019** foi celebrado novo protocolo, prevendo-se novamente a afetação de 2 (dois) apoios técnicos.

Encontrando-se, neste momento, reunidas as condições para se avançar para o reforço de mais **1 (um) técnico a afetar à CPCJ de Braga**, aumentando assim a colaboração do Município de **dois para três**, as partes acordam celebrar entre si a presente adenda ao protocolo de cooperação em vigor, que passa a fazer parte integrante do mesmo:

Cláusula Única

(Reforço do Apoio Técnico)

1. Para além dos dois técnicos já disponibilizados, o **Município de Braga** colaborará com a disponibilização de mais **1 (um)** elemento técnico, com experiência na área da intervenção protetiva preconizada pelas CPCJ e com licenciatura/ mestrado na mesma área, tendo em conta o perfil e as qualificações adequadas ao objetivo de garantia da capacidade e qualidade protetivas da comissão restrita.
2. A comparticipação financeira, referida no número 1 da Cláusula Quinta do Protocolo em vigor, produz efeitos a partir do dia **13 de Julho de 2023**.

As partes declaram ter plena consciência do significado de todas e cada uma das cláusulas da presente Adenda ao Protocolo.

Esta Adenda ao Protocolo é feito em duas vias, ficando um exemplar na posse da Primeira Outorgante e outro na posse do Segundo Outorgante.

Lisboa, 24 de Julho de 2023.



COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

(Maria João Fernandes)

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Homologo

(Ana Mendes Godinho)
Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social